

Política e resiliência – apaziguamentos distendidos¹

Saete Oliveira

Pesquisadora no Nu-Sol <http://www.nu-sol.org/> e no projeto Fapesp Ecopolítica <http://www.pucsp.br/ecopolitica/>, professora no Departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

Resumo

Este texto apresenta breves efeitos específicos que um acompanhamento da questão da resiliência vem sinalizando, orientado pelo percurso do *Projeto Temático Ecopolítica*. O que se mostra até o momento é que agora se investe, preferencialmente, em restaurações do governo do vivo frente à iminência ou conseqüências de sua *degradação*, que se inicia pela prerrogativa da *sobrevivência*. Neste caso a resiliência articula-se de forma indissociável ao conceito de *vulnerabilidade e adversidade* e se mostra como um elemento imprescindível ao lado da *sustentabilidade* e do *empreendedorismo*. Apresenta-se como elemento fomentador e provedor de adaptações, mais próximas à adequações. A resiliência produz e dá forma a condutas de apaziguamentos distendidos e contenções de resistências. Em simultâneo compasso com o que vem sendo chamado de “cuidado” e “proteção da vida”. Seus baixos começos se iniciam pela formação de crianças e jovens ancorados na resiliência como uma nova forma de redimensionamento da cultura do castigo.

Palavras-chave: Resiliência; política; direitos; resistências.

Resiliência, no termo.

O termo resiliência, oriundo da física, provém de construção realizada na sociedade disciplinar. Entretanto, chama atenção a atualidade que ele assume ao ter ficado conhecido também como “Módulo Young” em referência não só a Thomas Young, o físico que realizou os experimentos e os cunhou sob a designação de módulo resiliente, no início do século XIX, especificamente a partir de 1807, mas também pelo fato deste assumir, simultaneamente, a designação de “módulo de elasticidade” ao indicar aferições diversas de suportabilidade de um material diante de um impacto, deformar-se e restaurar-se, retornando a sua forma original.

Foram inúmeros vaivém em torno do termo e seus efeitos políticos que atravessaram o século XX, em especial a partir do pós-segunda guerra mundial, quando o conceito de resiliência mostra uma de suas procedências significativas atrelado ao duplo invulnerabilidade e vulnerabilidade, até seu espraio e consolidação na primeira década do século XXI.

Resiliência, na palavra:

A etimologia da palavra resiliência provém do latim (*resilio*) no qual situa-se como verbo (re+salio), designando voltar atrás, ou saltar para trás, recuar, retirar-se sobre si mesmo, desdizer-se, encolher-se, distender-se. Resílio, ainda, é uma denominação, utilizada para nomear um dos ligamentos entre as valvas, conchas, de um molusco segundo a gramática presente na anatomia zoológica de invertebrados.

¹ Este texto foi publicado originalmente na Revista *Ecopolítica*. São Paulo: Nu-Sol, n. 4 set-dez de 2012. Disponível em http://www.pucsp.br/ecopolitica/revista_ed4.html

Uma anotação inicial já vale ser indicada sublinhando que a palavra resílio é um dos termos atuais, também, recorrentes para intitular investimentos que valorizam a resiliência como conceito-chave para *a gestão de pessoas* voltadas aos gerenciamentos de crise, superação de *stress* no ambiente de trabalho, contudo não restritos a ele.

Mas não só, investe-se, em variados espaços, no resílio otimizador de capacidades que buscam encontrar sua adequação adaptativa na resiliência, superando, contornando as denominadas vulnerabilidades. O resílio empreendedor “de gente”, transmutando os ranços do desempenho, da competência em *performance eficiente*. Em sua atividade incessante de restaurações diante de degradações como forma de governo de restauração do vivo.

Está-se diante hoje da propalação política da resiliência e seus efeitos distendidos dos apaziguamentos de confrontos como conceito, como prática, como gestos muito ordinários, mínimos mesmo, neste nivelamento, neste revestimento de mil vestes que encontram seu nome justo e justificado na proliferação de direitos em camadas justapostas de uma concha protetora, conservadora. Não há pérola alguma surpreendente a sair desta ostra. Apenas ávidos negociadores que dependendo da circunstância, explicitam seu desejo de dizimação, como proto-algozes de seu duplo inerente enquanto condição de assujeitados pelo conceito de vítima indissociável da própria resiliência. E o que se cultiva e se forma são plasticidades amorfas, repletas de formas e formas moldáveis e moduláveis, que se dilatam, encolhem e se recolhem, distendem-se, absorvem, distendem-se, acomodam, dissimulam e se conformam como bolhas elásticas que são. Resiliências e o que, e quem, elas produzem não suportam fissuras.

A resiliência, e suas voltas tautológicas em torno do “ser resiliente”, do “estar resiliente”, do “alguém resiliente”, do “algo resiliente” da recomposição e restauração do SER como resiliente é a mais perfeita tradução do ápice de gente tornada existência invertebrada, como aspiração de ser alguém melhor na vida, também como duplo complementar da vítima sob a continuidade e redimensionamentos do governo de misérias que se iniciam pelo regime do castigo.

Resiliência, resílio, resálio. A resiliência, com seus resílios, reduz a vida e a saúde a um empreendimento de segurança, protegidas e protocoladas por infindáveis direitos de existir como sobrevivência invertebrada, *sobrevivência e existência dos sem osso*.

Antonin Artaud costumava dizer que:

*para existir basta abandonar-se ao ser
mas para viver é preciso ser alguém
e para ser alguém
é preciso ter um osso
é preciso não ter medo de mostrar o osso
e arriscar-se a perder a carne* (ARTAUD, 1983: 153).

A resiliência pretende estancar o inestancável: a peste.

E o resiliente? É o bolha.

Se a peste é o que ignora soberanias, fronteiras e territórios por incidir, antes de mais nada, na moral, há um deslocamento atual que merece atenção diante do redimensionamento dos efeitos de técnicas de governamentalização em simultâneo acoplamento à uma tecnologia de poder articulada pela resiliência e que se inicia, em seus baixos começos, a partir da formação de crianças e jovens resilientes.

É possível que, simultaneamente, esteja-se hoje diante do deslocamento de ênfase na degeneração — cujo efeito político funcionou como base para a construção do anormal (FOUCAULT, 2001; 1987; 2007); traço que atravessou a sociedade disciplinar, para o de incidência agora na degradação. A partir dos efeitos que um acompanhamento da questão da resiliência vem sinalizando

orientado pelo percurso do *Projeto Temático Ecológica*², o que se mostra até o momento é que agora se investe no governo do planeta, também, enquanto restauração do vivo frente à iminência ou conseqüências de sua *degradação*, que se inicia pela prerrogativa da *sobrevivência*; neste caso a resiliência articula-se de forma indissociável ao conceito de *vulnerabilidade e adversidade* e se mostra como um elemento imprescindível ao lado da *sustentabilidade*, promovendo adaptações, mais próximas de adequações, e simultâneos apaziguamentos.

A resiliência é no presente para a ecológica (PASSETTI: 2012b; 1999)³ o ecletismo acolhedor por excelência, acompanhando a expressão utilizada por Foucault (2003: 241). Por meio dela se exercita a renovação do pluralismo; a resiliência funciona como elemento sincrético da suportabilidade tanto de degradações quanto de diferenças, dissolvendo estas últimas (com base na educação para a tolerância, redimensionando também racismos) e exercitando mecanismos de solapagem e pretensão de se livrar do insuportável (PASSETTI; 2007) (alicerçados na proteção atrelada à denominada cultura de paz que assume, dependendo, da ocasião, a prerrogativa de ética do futuro).

Entretanto, um dos efeitos de espraiamento do conceito de resiliência sinaliza que é ele que pretende ser afirmado como “a ética do futuro” em suas moduláveis elasticidades, reconfigurando a falácia da prevenção geral:

Por ora atenho-me apenas a breves entradas iniciais em espaços bastante díspares, entretanto bem próximos, para a definição de resiliência.

Guia para a promoção de resiliência, vinculado ao Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente (Guarujá São Paulo) que toma como base o novo modelo de tratamento a ser dirigido a crianças e jovens encarcerados em unidades de internação ou abrigo: “resiliência é uma dimensão ética com esperança no futuro sem prejuízos para o desenvolvimento”⁴

Programa das nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) em texto de sua presidente Helen Clark, também ex-primeira ministra da Nova Zelândia: a escolha da fonte foi propositalmente extraída de duplicação nos sites *Envolverde* e *Mercado Ético - sua plataforma Global para a sustentabilidade*: “Resiliência é a base do desenvolvimento. (...) A resiliência é a capacidade inerente de um sistema enfrentar qualquer comoção externa, sem importar o quanto é previsível ou surpreendente.(...) Ao criar resiliência, a prioridade deve ser a prevenção, complementada com esforços explícitos para reduzir as vulnerabilidades sociais e o compromisso de manter a integridade das comunidades, as instituições e os ecossistemas”. (Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/a-resiliencia-e-a-base-do-desenvolvimento/> ; <http://envolverde.com.br/noticias/a-resiliencia-e-a-base-do-desenvolvimento/>)

Parece importante não esquecer a diferenciação que Foucault faz entre o discurso-reflexo e o discurso-batalha (FOUCAULT, 2011: 221). Não se trata, portanto, de estabelecer equivalências, ou como ele próprio coloca, ‘não vale dizer que tudo se equivale’ (FOUCAULT, 2000), mas interessa se

² Conforme repercussões do conceito de resiliência apresentadas em PASSETTI, Edson (2012a) (coordenador PTE Ecológica). *Relatório Projeto Temático Ecológica -2011/ Fapesp* (impresso encaminhado à Fapesp); PASSETTI, Edson (2012b). *Ecológica: governo do planeta para um futuro melhor*. São Paulo: Projeto Temático Ecológica - Relatório 2011. Disponível em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/ecopolitica.pdf>; de forma específica no fluxo direitos do projeto temático Ecológica ver OLIVEIRA, Salette (2011) “Política e fissuras sobre crianças e jovens: política, neurociências e educação” In *Revista Ecológica 1*. São Paulo: Nu-Sol, set-dez. ISSN: 2316-2600. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7657/5605>

³ Sublinho que a noção de ecológica, situando os deslocamentos da biopolítica na sociedade disciplinar para a passagem da ecológica enquanto controle do planeta, provém de elaboração em curso e percursos revirados por Edson Passetti, desde a década de 1990, numa perspectiva libertária e interessada na potência de resistências. Ver já na década passada, dentre outras inúmeras publicações: PASSETTI, Edson. “Sociedade de controle e abolição da punição”. *São Paulo em Perspectiva Perspectiva*. [online]. 1999, vol.13, n.3, pp. 56-66. ISSN 0102-8839. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300008&lng=en&nrm=iso . <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300008>.

⁴ Conselho da Criança e do Adolescente do Guarujá (CMDACAGJA). *Guia de promoção de Resiliência*, vinculado a crianças e jovens institucionalizados por meio de medidas sócio-educativas, a partir de referências para aqueles encarcerados em unidades de internação. Disponível em http://www.rhportal.com.br/artigos/wmview.php?idc_cad=o419h2g45

deter de forma mais paciente em descontinuidades e estar atento à produção daquilo que pretende se afirmar como diferente quando se situa na homogeneização diluidora de duplos complementares.

O duplo resiliência e vulnerabilidade na política: governamentalidade e tecnologia de poder

Uma das entradas na política do conceito de resiliência situa-se no pós Segunda Guerra Mundial, e a partir dela sinaliza-se para um possível deslocamento biopolítico da relação medo-contágio-risco, para o da combinação ecopolítica entre resiliência, vulnerabilidade e proteção, onde não se abdica do medo e do castigo e cujo corte incide mais uma vez em crianças. Seus efeitos ganharão maiores contornos na década de 1970 e trarão avolumados aportes na década de 1990 e primeira década do século XXI.

O pós segunda guerra trouxe um redimensionamento dos direitos humanos que se consolidaram da Declaração Universal de 1948 (ONU, 1948), não repetindo mas realocando alguns artigos da declaração de 1789, dentre os quais se revestiu de proteção aquele que já no século XVIII designava a propriedade como direito sagrado (ANF, 1789; artigo 17). Corroborou-se a base da própria liberdade capitalista, consagrando o proprietário e mantendo intacta a concepção liberal de existência do direito moderno e contemporâneo. Promoveu-se espaço ao mesmo tempo para uma das entradas de referência nas normativas internacionais dos direitos de minorias a partir de um tríptico de direitos com ênfase em refugiados, mulheres e crianças, enquanto efeito da guerra e do próprio funcionamento da política. No caso de crianças em especial é emblemática a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 (ONU, 1959) como pretensão de ultrapassar a Declaração dos Direitos da Criança de 1924 (LEAGUE OF NATIONS, 1924), refazendo circuitos exegéticos e carcomidos de reforma da prevenção geral para a condição da própria existência e permanência do direito, do Estado e da política.

Na década de 1950, em 1955, tem início o estudo de Emmy Werner (WERNER e SMITH, 1982) que viria a ser publicado de forma completa na década de 1980 sob o título *Vulnerável, mas invencível: um estudo longitudinal de crianças e jovens resilientes*. Werner munida por arsenais provenientes da psicologia, psiquiatria e antropologia, acompanhou por mais de três décadas 698 crianças nascidas na ilha de Kuai no Hawaí. A importância deste estudo mostra-se como uma referência para a chegada ao conceito de resiliência a partir de sua aplicação sobre crianças e jovens.

Entretanto, a resiliência não se constituía como objetivo do estudo em si. Ele partia do que era construído como “situações de risco”, entendendo-as como pobreza, baixa escolaridade dos pais, *estress* perinatal ou baixo peso no nascimento e ainda deficiências físicas. Foi destas condições de risco que passou a situar-se uma das entradas iniciais para as chamadas condições adversas ou mesmo adversidades, que viriam a ser acopladas à resiliência, acompanhadas dos efeitos da guerra, dos campos de concentração; dos refugiados e nativos; e do funcionamento da própria política, abarcando a questão da sobrevivência a partir do conceito de vítima que é capaz de superar sua própria condição e não apresentar *déficits* em seu *desenvolvimento*.

Neste momento ainda construía-se o resiliente como o sinônimo de invulnerável. E mais tarde os adeptos da resiliência viriam a graduá-la em sua própria elasticidade, para rever o conceito de invulnerável, e passar a demarcar o resiliente como o vulnerável que é capaz de forjar e se revestir de mecanismos de proteção.

O estudo mostrou-se como uma das matrizes de referência que marcam procedências para as posteriores construções do conceito de resiliência, que passará a congrega também a equação: fatores de risco e mecanismos de proteção, articulado pela relação contínua entre degradação, adversidade seletiva, vulnerabilidade, proteção, sobrevivência e desenvolvimento.

Foi mais uma vez pelos escrutínios, pelas devassas intermináveis sobre os corpos de crianças que a resiliência pode se firmar como conceito que passou da concepção do invulnerável como o inquebrantável, para o vulnerável mas indestrutível, pela capacidade plástica da própria resiliência.

Foram “698 crianças nascidas em Kauai (...). As crianças foram avaliadas com um ano de idade (incluindo entrevistas com os pais) e acompanhadas até as idades de 2, 10, 18 e 32 anos. O foco da

pesquisa relatada no livro *Vulnerable but invincible* foram 72 crianças (42 meninas e 30 meninos) (...)” (YUNES, 2003: 78). Segundo as referências recorrentes na bibliografia a respeito de resiliência (em OMS/OPAS e Maria Ângela Matar Yunes especificamente) esta pesquisa se alinha a um campo de estudos que se inserem em incursões voltadas às investigações que balanços emblemáticos sobre a literatura a respeito da resiliência remetem como aqueles provenientes, com maior ênfase, tanto do Reino Unido quanto dos EUA e que são situados a partir da denominação da resiliência “com foco no indivíduo”.

Crivo desta tendência é a definição adotada pelo Projeto Internacional de Resiliência, coordenado por Edith Grotberg e apoiado pela Bernard van Leer Foundation: “Resiliência é uma capacidade universal que permite que uma pessoa, grupo ou comunidade previna, minimize ou supere os efeitos nocivos das adversidades”. (GROTBERG, 1995, p. 7).

Neste sentido é que uma gama de pesquisadores do denominado “desenvolvimento humano” estudam os padrões de adaptação individual da criança associados ao ajustamento apresentado na idade adulta.

“Procuram compreender como adaptações prévias deixam a criança protegida ou sem defesa quando exposta a eventos estressores’ (Hawley e DeHann, 1996), e estudam também como os “padrões particulares de adaptação, em diferentes fases de desenvolvimento, interagem com mudanças ambientais externas’ (Sroufer & Rutter, 1984), entre as publicações mais citadas estão as primeiras no assunto, intituladas *Vulnerable but Invincible* (Vulneráveis, porém invencíveis), *Overcoming the Odds* (Superando as adversidades), ambos de Werner e Smith (1982, 1992) e *The Invulnerable Child* (A criança invulnerável) de Anthony e Cohler (1987). A importância destes estudos está na característica long-term, ou seja, são estudos longitudinais que acompanham o desenvolvimento do indivíduo desde a infância até a adolescência ou idade adulta” (YUNES, 2003: 77-78).

O que se mostra aqui é que estes investimentos em campos de pesquisas que redundam no conceito de resiliência e que se iniciam concentrados naquilo que é denominado por “indivíduo”, não só partem do conceito de “desenvolvimento humano” e de “indivíduos em desenvolvimento” mas, elegem a criança enquanto seu alvo principal de aporte e escopo.

Não é fortuito que hoje haja uma atenção intensificada em investimentos de diferentes cepas para pesquisas, estudos, projetos, programas que privilegiem abordagens concentradas na chamada “primeira infância”, contemplando ênfases na resiliência.

Para ficar apenas em breves referências, vale destacar recentes chamadas de editais pela Fapesp; o *Projeto atenção brasil*, o INPD e o *Projeto Prevenção* alinhado a outros de seus 16 projetos multicêntricos e suas relações com resiliência pela via das neurociências, psiquiatria e direitos, até as conexões entre direitos, psicologia, psiquiatria e as neurociências, educação, saúde e segurança, resiliência e desenvolvimento sustentável como mostram as conexões já sinalizadas pelo acompanhamento das articulações entre o IINN-LES por meio da direção de Miguel Nicolelis e os subsídios fornecidos por ele para a atual incrementação do Programa Fome Zero por meio da Ação Brasil Carinhoso, programa que sob os efeitos da Rio+20 foi tomado como referência para a replicação de um investimento planetário em seu correlato de fome zero mundial, assim como o SUS também sob os mesmos efeitos da Rio + 20 que passou a servir de baliza de referência para diretrizes internacionais em compasso de espera para continuidade da projeção das “metas de desenvolvimento sustentável” que virão a substituir as “metas do milênio” no que se refere à relação direitos, saúde e segurança para o planeta.

Num *continuum* de projeções para as metas do desenvolvimento sustentável por meio do governo das misérias, mostra-se uma articulação do “desenvolvimento humano” conjugado à resiliência cujo mote são crianças e jovens, para se definir no grande documento do ano de 2012 da ONU, o Relatório do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global, o que se intitulou por *Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha*, composto por seis seções: I – A visão do Painel; II - Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável; III - Capacitando as pessoas para

fazerem escolhas sustentáveis; IV - Trabalhando rumo a uma economia sustentável; V – Fortalecimento da governança institucional; VI - Conclusão: Um chamado à ação.

Na conclusão do relatório se elenca a visão geral que reproduz a seção I do Relatório do Painel. É a ela que neste momento interessa destacar pelas indicações da resiliência, a partir de crianças e jovens, num contraponto entre o estudo iniciado na década de 1950 por Werner e o relatório de 2012, aqui importando menos o que ficou do relatório em junho deste ano e mais o que serviu de mote às barganhas e negociações que um documento como este enseja e que já estava inclusive subscrito em seus créditos originais.

A sessão geral do painel é encerrada por dois parágrafos finais o 18 e o 19 que merecem ser sublinhados como as entradas iniciais da própria palavra resiliência para povos e o planeta, são elas respectivamente:

“[Parágrafo] 18. Este Painel acredita que decidir o futuro faz parte do espírito e do desejo da nossa humanidade comum. Este Painel, portanto, está do lado da esperança. Todas as grandes realizações da história humana começaram com uma visão antes de se tornarem realidade. A visão da sustentabilidade global, produzindo tanto um povo resiliente quanto um planeta resiliente, não é diferente”. [Parágrafo] 19. Em 2030, uma criança nascida em 2012 - o ano de publicação de nosso relatório – completará 18 anos. Teremos feito o suficiente nos próximos anos para dar-lhe o futuro sustentável, justo e resiliente que todas as nossas crianças merecem? Este relatório é um esforço de responder essa pergunta. (GSP/ONU, 2012: 5)

Mesmo que de forma mínima aqui se apresentam expressões do investimento pelo revestimento de direitos em suas conexões entre, tolerância, cultura de paz, voluntariado e resiliência a partir da complementaridade entre programas de paz e programas de pacificação. Enfatizam-se elementos de restauração do que é construído como degradado, privilegiando a continuidade do regime do castigo via penas alternativas e justiça restaurativa. Mais uma vez suas entradas iniciais situam-se por governos sobre crianças e jovens, e que no campo das diretrizes internacionais seus parâmetros consolidaram-se na década de 1980 pelas Regras de Beijing (ONU/UNICEF, 1985); na década de 1990 pela Conferência de Viena de 1993 (ONU, 1993), assim como o conjunto de Planos de direitos humanos no Brasil, em especial o PNDH III (SDH/PR, 2010), na primeira década do século XXI, que veio adotar a concepção de desenvolvimento extraída da elaboração proposta por Amartya Sen (IDEM: 34), que pretende conjugar o impossível, e que já se anuncia como a primeira das metas do Desenvolvimento do Milênio: o fim da fome e da miséria sob a continuidade do capitalismo e da existência da propriedade e do Estado.

Mas não só, trata-se aqui do investimento na liberdade incrustada em *modulações* de suas *medições* permeadas pelo conceito de qualidade de vida, que Sen, já década de 1990, definia, transmutando também a resiliência ao lado do conceito de vulnerabilidade, enquanto aquele mais apropriado do que o de risco, como: a condição de saber-se governar desde que se sabendo governado.

Se o pastorado, como mostrou Foucault, é o prelúdio da governamentalidade (Foucault, 2008: 343-244; 2003; Passetti, 2011), é possível que neste conjunto inicial apresentado relativo à resiliência se encontrem algumas breves sinalizações para a *resiliência* situando-se hoje como uma *distendida forma de governamentalidade*, ao mesmo tempo, que se constitui enquanto uma *tecnologia de poder de governos resilientes*.

O tríptico resiliência, sustentabilidade e empreendedorismo

O conceito de resiliência atrelado ao de sustentabilidade mostra-se fomentado pelo empreendedorismo e também desemboca nele, ainda que esta questão específica apresente inúmeras entradas e conexões, vale sublinhar de forma breve duas específicas: uma primeira vinculada à crianças e jovens na região andina, por um detalhe ínfimo; e a segunda tomada como referência matriz para a entrada da resiliência na chamada literatura ecológica.

A primeira fonte provém da década de 1990 a partir de artigo de Francisca Infante, (INFANTE, (2005) “A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente”. Infante já se situa em uma geração dos construtores do conceito de resiliência que não mais o tomam como característica universal, mas como traço forjado por meio da educação revestida de mecanismos de proteção, dirigidos a crianças e jovens, catalizados por políticas sociais, com ênfase na saúde e segurança diante das chamadas condições de vulnerabilidade.

Infante não só está vinculada à OPAS trabalhando na Unidade de Desenvolvimento da Adolescência, como também é uma colaboradora direta do *Projeto Internacional de Resiliência* dirigido por Edith Grotberg e apoiado pela *Bernard van Leer Foundation*. A referência a seu artigo se faz menos pelo balanço que ela apresenta sobre a literatura relativa à resiliência, não que seja menos importante, mas mais por um pequeno detalhe, quando ela ao expor um diagrama de exemplificação de política imediata de resiliência utiliza como recurso um projeto de resiliência levado a cabo junto a crianças na região andina.

“O projeto Kuisqa Wawa é um processo piloto, orientado para a prevenção dos efeitos negativos do maltrato em crianças menores de 6 anos que vivem na área rural andina do Peru. O plano de trabalho de Kuisqa Wawa é considerado inovador, pois trabalha com um enfoque de resiliência que promove a auto-estima, a criatividade, o humor e a autonomia das crianças, além de trabalhar com a família, a comunidade e as organizações sociais. O projeto Kuisqa Wawa é uma iniciativa da Secretária Técnica de Assuntos Indígenas do Ministério de Promoção da Mulher e do Desenvolvimento Humano, com o apoio da Fundação Bernard van Leer (Kuisqa Wawa, 1998, 1999 Apud Infante, 2005)”.

A segunda fonte encontra-se situada em Crawford Stanley Holling, a partir de estudo realizado na década de 1970, na região dos Grandes Lagos, de forma simultânea à reemergência do neoliberalismo (FOUCAULT, 2007). Sua pesquisa é tomada como um marco para a introdução mais contemporânea do conceito de resiliência na ecologia. Nela Holling, lançando mão de argumentação liberal, com base na teoria dos sistemas, procurou mostrar a distinção entre sistemas estáticos e sistemas resilientes. Privilegiou a primazia dos últimos, ao perseguir a idealização de uma estabilidade projetada enquanto sustentabilidade, e diante da qual a capacidade resiliente mostra-se, segundo ele, como elemento dinâmico de eficácia adaptativa para restauração de sistemas degradados e segurança de seu desenvolvimento, garantindo a sobrevivência de populações de minerais, vegetais e animais, dentre eles o homem.

Não é um mero acaso que o estudo de Holling, intitulado “Resilience and stability of ecological systems” tenha sido publicado em 1972, mesmo ano da *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano*, em Estocolmo. Mas não só, o empreendedorismo e a sustentabilidade vinculam-se de forma indissociável à obra de Holling como à sua longa parceria com Lance Gunderson, editor da revista neoliberal *Ecology and Society*, e ambos vinculam-se de forma direta ao *Centro de Resiliência de Estocolmo – Centro de pesquisa avançada sobre governança de sistemas sócio-ecológicos com ênfase em resiliência*.

No caso do Brasil, cabe neste momento sinalizar para uma fonte mais recente vinculada à resiliência e empreendedorismo com entrada via psicologia clínica que assumirá desdobramentos com as vertentes da ênfase atual na psicologia cognitiva e sistêmica e a proliferação de suas variadas terapias, pela tese de doutorado de George Barbosa⁵ (Doutor em psicologia clínica pelo Núcleo de

⁵ George Barbosa é graduado em psicologia e pedagogia, mestre em Psicologia e Doutorado em Psicologia, todos pela PUCSP. Atualmente é Pesquisador e membro da Sociedade Brasileira de Resiliência (SOBRARE), Membro da Associação Brasileira de Medicina Psicossomática (ABMPSP) e atua como Orientador Convitado em projeto de desenvolvimento acadêmico de Resiliência. No âmbito corporativo trabalha como Coach Executivo / Emocional. Pesquisa principalmente Terapia de Casal e Família, Interfaces da Informática com a Psicologia; Resiliência Pessoal, Corporativa e Ambiental, Gestão de Pessoas e Orientação Profissional. Terapia Cognitiva e Sistêmica. Ele próprio se apresenta como ‘Profissional com ampla experiência clínica, tem satisfação por estar em constante atividade e ser citado como referência nas atividades

psicossomática e psicologia hospitalar do Programa de Estudos pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUCSP), defendida em 2006 e apresentando conexões diretas com a Sociedade Brasileira de Resiliência, a SOBRARE (<http://www.sobrare.com.br/>), onde George Barbosa é seu diretor científico.

Um dos produtos vendidos pela SOBRARE é o *quest-resiliência*, elaborado na tese de doutorado de Barbosa *Resiliência em professores do ensino fundamental de 5ª a 8ª série: validação e aplicação do questionário do índice de resiliência – adultos Reivich-Shateé/Barbosa*, ou melhor, elaborado não e sim transposto para o país como forma de certificar a validade do instrumental para o Brasil sob o acréscimo de aquisição de sua patente, pois o arsenal de medição já existia e a partir de sua tese foi protocolado no país como índice de resiliência para adultos, mas àqueles ligados diretamente à educação escolar de crianças jovens.

A SOBRARE é uma empresa que vende produtos de formação e capacitação profissional voltados à resiliência aliados ao empreendimento na instrumentalização de universidades em trabalhos acadêmicos cujo produto-carro-chefe é o *quest-resiliência*, mostrando-se como um recurso profícuo na formação de pesquisadores-empresendedores e resilientes; a SOBRARE ainda diversifica seu mercado por meio de consultorias e promoção de cursos e treinamentos para o que ela denomina por clientes, tais como empresas, bancos, fundações elencando-os em seu site sob a chamada, “clientes que já se beneficiaram de treinamentos e produtos da SOBRARE”, são eles o Banco Central do Brasil; o Bradesco; a Odebrecht, a Fundação Telefônica; a Editora Abril; a Ultra (conhecida também como Ultrapar que atua no setor de distribuição de energia, principalmente por meio da Ipiranga e da Ultragás); o Cielo (empresa líder de pagamentos eletrônicos na América Latina); dentre outros.

A tese de Barbosa alinha-se a uma das vertentes de pesquisas sobre resiliência distinta dos estudos iniciais designados pela preponderância com foco no indivíduo e prospecções longitudinais, como a de Werner e a de James Anthony, e privilegia os chamados estudos, medições, projetos e pesquisas multidimensionais. Quando o próprio Barbosa define seu trabalho dentre aqueles que no campo da resiliência a apresentam como ‘uma manifestação que não se relaciona apenas às estratégias de coping⁶ desenvolvidas frente ao stress’, mas sim como a da *capacidade de transcender*.

“Trata-se de viver a experiência transcendental do renascer das amarras do sofrimento e da adversidade. Porém, não na condição de vitimizados ou prisioneiros de histórias de culpas e rancores, mas enriquecidos pela experiência da adversidade, caminhando resolutamente à frente com vistas em viver mais e melhor” (BARBOSA, 2006: 27-28).

Aqui o que se escancara é a relação preferencial que refaz o lugar da vítima, e sobrepõe a ele o papel do negociador, sob a forma de dissimulação e adaptações resilientes adequadas às aspirações da vida enquanto viver melhor, viver mais e melhor. Reatualiza-se a flexibilidade de Flach quando este afirmava que diante de uma desintegração (pela psiquiatria da estrutura e da falta dela) trata-se de reorganizar a vida de forma eficaz. E a transcendência assume ainda o traço correlato ao conceito de flexibilidade, e é neste ponto que Barbosa, via Flach recupera por diversos itinerários da volatilidade do conceito de resiliência um de seus pontos de consolidação moldável e modulável pelo traço inerente da resiliência trazer o conceito de flexibilidade, desde os primórdios de seus estudos. Barbosa não só corrobora o termo cunhado para as Ciências Humanas em 1966 pelo psiquiatra Frederic Flach em sua obra *Resiliência: a arte de ser flexível*, livro largamente adotado, hoje, no campo da denominada ‘educação inclusiva’, como sublinha que ‘a falta de flexibilidade é a incapacidade de harmonizar um projeto de vida’.

em que está engajado. Dedicar-se no suporte e compartilhamento dos momentos de: dificuldades emocionais ligadas aos relacionamentos individuais e do casal; re-orientação da carreira profissional, e compartilhamento das rotinas e processos nas tomadas de decisões e desafios no ambiente corporativo. Também integra o Projeto de Pesquisa em Divulgação Científica em Nanotecnologia na FAPESP.

⁶ “A palavra coping é geralmente utilizada no original em inglês para referir-se a esforços cognitivos e comportamentais para lidar com demandas específicas de situações adversas e avaliadas como sobrecarregando ou excedendo os recursos pessoais” (Yunes, 2003, p. 79)

A SOBRARE investe ainda na promoção de congressos sobre resiliência. Dentre estes últimos encontra-se o *I Congresso Brasileiro de Resiliência: avanços e desafios para a resiliência em terras brasileiras*, realizado na UNIFAI (Centro Universitário Assunção –SP) em novembro de 2012. Sua divulgação se deu nos seguintes termos: “Durante este evento, profissionais e acadêmicos de todo o Brasil poderão trocar experiência e dividir conhecimentos sobre resiliência, Psiconeuroendocrinologia, meditação, coaching, gestão de mudança, gestão em recursos humanos, entre outros” (online, disponível em <http://www.sobrare.com.br/cursos.php?id=17>), pela presidente da SOBRARE, Denise Sória.

A programação do Congresso envolveu dentre outros nomes ligados à resiliência o de “George Barbosa, diretor científico da Sobrare e membro diretor nacional da ABMP [Associação Brasileira de Medicina Psicossomática]; Eduardo Carmello, diretor da Enthusiasmos Consultoria em Talentos Humanos, e Edna Bedani, diretora de recursos humanos e responsabilidade social no Ticket – Edenred Group. (...) estarão também presentes ao evento Cristina Masiero, coordenadora do Serviço de Orientação à Empregabilidade do Lar Escola São Francisco e consultora de inclusão; Claudia Riecken, fundadora da Quantum Assessment e criadora do Método Quantum; Carlos Legal, sócio-diretor da Legalas Educação e Qualidade de Vida e membro do comitê de gestão e desenvolvimento da ABQV; Vera Martins, diretora da Assertiva Consultores – Educação Corporativa e professora da Fundação Vanzolini, e Vera Ligia Assis, psicopedagoga (PUC/SP) e facilitadora do programa “Friends for Life”.

Claudia Riecken, é certificada pela patente de ter criado o Método Quantum que se conecta à Universidade Quantum (<http://www.universidadequantum.com/devsite/>). Entre os clientes do método quantum estão empresas como os Laboratórios EMS, Embraer, Toyota, Gelre, Makro, Pernambucanas, Roche e Votorantim.

“Atualmente o método tem laboratórios lingüísticos no Brasil e no México e pontos de conexão nos EUA, Europa e Oceania, e também é validado cientificamente em versões nos idiomas espanhol e inglês. É exportado para além das fronteiras brasileiras e obteve o mesmo sucesso na América Latina e nos EUA. As versões lingüísticas foram devidamente contextualizadas em cada país onde foram aplicadas: México, Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai, Paraguai, EUA e Austrália. Além do teste e assessoria após a sua realização, a Quantum Assessment (Avaliação Quantum) oferece gratuitamente, pela Universidade Quantum, palestras e eventos em vídeo com conteúdo para desenvolvimento Humano. Na Aula Magna por exemplo, profissionais renomados passam seu conhecimento para os internautas. (on line http://www.universidadequantum.com/devsite/index.php?option=com_k2&view=item&id=507:em-poucos-minutos-o-m%C3%A9todo-quantum-revela-com-precis%C3%A3o-as-emo%C3%A7%C3%B5es-prim%C3%A1rias&Itemid=20).”

De outra feita, a Universidade Quantum (Alocada na Quantum Assessment) [*assesment*: avaliação; tributação, imposto, multa/ determinação de taxas/quantum: quantidade, fração, porção, parte] se caracteriza pelo que ela denomina de proposta de universidade que renova o conceito de educação contínua por meio do processo de formação constante.

Por sua vez, o método quantum segundo a Universidade Quantum “é um teste científico que mapeia as características comportamentais e pode facilitar o dia-a-dia das empresas (...) Mais do que uma simples análise, respondida em alguns minutos, o Método Quantum é fruto de mais oito anos de estudo da Dra. Claudia Riecken e de uma equipe composta por 28 profissionais entre psicólogos, estatísticos, educadores, lingüistas e engenheiros de tecnologia. Respondido individualmente pelo usuário, o teste é simples, possui grupos de palavras em cada questão que geram diferentes estímulos neurológicos e revelam as tendências de comportamento. As palavras foram escolhidas por meio de estudos em programação neurolinguística e engenharia humana. Cada uma tem uma recordação inconsciente associado às quatro emoções primárias de William Moulton Martson, psicólogo norte-americano que colaborou para a base do entendimento neurológico e emocional. Estas quatro emoções,

base do Método Quantum, são: Predominância, Indução, Submissão e Conformidade. A partir delas, o teste denominou cada uma das emoções e seus traços característicos como:

“Ação - Estilo de ação percebida na personalidade pelo nível de predominância que apresenta; Comunicação - Estilo de Indução percebida na personalidade pelo nível de extroversão ou expressividade que apresenta. Estabilidade - Estilo de Submissão percebida na personalidade pelo nível de estabilidade em que se submete aos estímulos ambientais. Referenciais - Estilo de Concordância percebida na personalidade pelo nível de obediência” (on line, disponível em http://www.universidadequantum.com/devsite/index.php?option=com_k2&view=item&id=507:em-poucos-minutos-o-m%C3%A9todo-quantum-revela-com-precis%C3%A3o-as-emo%C3%A7%C3%B5es-prim%C3%A1rias&Itemid=20).

Em maio deste ano Cláudia Riecken ministrou uma palestra com título homônimo à seu último livro publicado “Sobreviver: instinto de vencedor”. Esta expressão remete tanto a uma das primeiras procedências da relação entre política e resiliência apontadas nesta exposição a partir do estudo de Werner com crianças que se iniciou no Hawaí assim como com a obra *Estado da arte em resiliência* publicada pela OPAS/OMS na década de 1990, cuja epígrafe já explicita:

Epígrafe: “As crianças são inerentemente vulneráveis, sem dúvida, por sua vez, são fortes em sua determinação de sobreviver e crescer” (OPAS/OMS, 1997).

Um dos elementos constantes no material consultado sobre resiliência⁷ vincula-se à relação indissociável entre a adversidade e a sobrevivência, como condição de superação da própria adversidade. O duplo adversidade-resiliência situa-se, assim, na acomodação pela pró-atividade de cuidadores e auto-cuidadores, na adaptação redimensionada pela adequação de condutas parametradas por “mecanismos protetores”, no ajuste flexível em torno de melhorias, daí a relação constante entre resiliência, fatores de risco e mecanismos de proteção; de sobrevivências operacionalizadas também pelo conceito de vulnerabilidade, programadas e auto-programadas pela chave da capacidade criativa de superação, (no interior e no exterior daquilo que o campo da resiliência situa como desenvolvimento de competências, desdobradas ainda da via da psicologia e da educação em suas ênfases cognitivas provenientes de construções da sociedade disciplinar e dos efeitos de governamentalidades biopolíticas). Entretanto, para os efeitos atuais do funcionamento de uma ecopolítica em curso no planeta, o investimento em resiliência e na formação de gente resiliente diz respeito, também, a uma conduta esperada para pacificações de confrontos onde a restauração do degradado encontra sua acomodação ensimesmada na armadilha entre suportabilidades e superação do que há de *nocivo* nas adversidades, corroborando parte da definição de resiliência proposta por Gruteberg.

Colocado em outros termos, está-se diante de algo muito distante da afirmação radical de Hélio Oiticica *da adversidade vivemos*. Hélio que com destemor estalava desnudo *eu incorporo a revolta*. O mesmo Hélio que quando envolto na preparação de Cosmococa, simultaneamente, dizia a um amigo pelo telefone, mais ou menos assim, *estou sentado em cima de matéria explosiva, é dinamite pura*.⁸

⁷ Ver, não só, KOTLIARENCO, María Angélica; CÁCERES, Irma; ALVAREZ, Catalina (1996). *Resiliencia: construyendo em adversidade*. Santiago de Chile: CEANIM, mas também bibliografia específica relativa à resiliência no final deste artigo.

⁸ Para Hélio Oiticica nesta perspectiva ver CARNEIRO, Beatriz (2004) *Relâmpagos com Claror: Lygia Clark e Hélio Oiticica, vida como arte*. São Paulo: FAPESP, em especial pp. 155-265. Na perspectiva de uma outra maneira de lidar libertariamente com a questão das drogas ver em especial PASSETTI, Edson. *Das fumeries ao narcotráfico* (1991). São Paulo: Educ-PUCSP; RODRIGUES, Thiago (2004). *Política e drogas nas Américas*. São Paulo: Educ-PUCSP/FAPESP; PASSETTI, Edson e AUGUSTO, Acácio (2010). Aula-teatro 7 *Drogas-nocaut* In Revista *Verve*. São Paulo: Nu-Sol, v. 18, pp. 13-42.

Breve nota para dar um fim ao regime do castigo

O conceito de resiliência entra no Brasil durante a ditadura civil-militar, pela via da medicina e de forma específica pela psiquiatria, acompanhando a referência dos estudos de Edwyn James Anthony (1987), assentados em pesquisas sobre psicopatologias em crianças e jovens, publicadas sob o título *The invulnerable child*. Estas incursões iniciais da resiliência no país dirigiam-se simultaneamente à crianças espancadas, trituradas, moídas pelos seus pais, responsáveis, ou autoridades superiores que exerciam sua força sobre seus corpos. A medicina viria a se fartar construindo mais uma síndrome, neste caso, a síndrome da criança espancada ou vítima de maus tratos. O conceito de vitimização tomou pé, também, pela dupla relação política inerente à resiliência: o castigo e o apreço assujeitado pela construção do lugar da vítima.

É preciso lembrar sim da reativação do poder soberano na ditadura civil militar, mas é de não esquecer que cotidianamente ele é exercido pela naturalização aceita e consentida de cada um diante do exercício de extensão da força de propriedade dos pais, dos responsáveis, do Estado, de autoridades superiores variadas sobre os corpos de crianças. É de não se esquecer que sob todos os efeitos da chamada emancipação provenientes da constituição de 1988, no campo do direito e das proliferações de direitos, há um *continuum* para além do campo jurídico-político que deixa inalterado nas relações mais ordinárias da existência a reativação da força do *Patria potestas* sobre o corpo de crianças que não finda. A perspectiva abolicionista libertária, trazida pela noção de violentados, ao situar o redimensionamento do suplício, acompanhada da noção de novos miseráveis na década de 1990, afrontando de frente a naturalização do regime do castigo com a pesquisa coordenada por Edson Passetti, e publicada em livro sob o título *Violentados: crianças, adolescentes e justiça* (Passetti et alii, 1995) culminou também em seu último capítulo com “uma proposta que jamais será aceita”. E continua ainda hoje não sendo aceita: o fim da prisão para jovens no país.

Urge arruiná-la. Este é um dos ataques imprescindíveis para ruir o monumental aparato de governos resilientes de restauração do vivo que se escancara na cara de cada um, mesmo a despeito de quando se dissimula o que está na cara, no óbvio.

Bibliografia de referência:

ARTAUD, Antonin (1983). “Para acabar com o julgamento de deus” In: *Escritos de Antonin Artaud*. Tradução e organização de Cádio Willer. Porto Alegre: LP&M, p. 153.

CARNEIRO, Beatriz Scigliano (2004) *Relâmpagos com Claror: Lygia Clark e Hélio Oiticica, vida como arte*. São Paulo: FAPESP, em especial pp. 155-265.

FOUCAULT, Michel (2011). “O discurso não deve ser considerado como...” In: MOTTA, Manuel de Barros (org.). *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Ditos e escritos VII. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 220-221.

FOUCAULT, Michel (2008). *Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel (2007). *Nacimiento de la biopolítica: curso en el Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel (2003). “Poderes e estratégias”. In: MOTTA, Manuel de Barros (org.). *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 241-252.

FOUCAULT, Michel (2001). *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel (2000). “*Theatrum Philosophicum*”. In: MOTTA, Manuel de Barros (org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Ditos e escritos II. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 230-254.

FOUCAULT, Michel (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, Salete (2011) “Política e fissuras sobre crianças e jovens: política, neurociências e educação” In Revista *Ecopolítica 1*. São Paulo: Nu-Sol, set-dez. ISSN: 2316-2600.

Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7657/5605>

PASSETTI, Edson (1999). “Sociedade de controle e abolição da punição”. *São Paulo em Perspectiva Perspectiva*. [online]. vol.13, n.3, pp. 56-66. ISSN 0102-8839.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300008&lng=en&nrm=iso .

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300008>.

PASSETTI, Edson (2007). “Direitos Humanos, sociedade de controle e a criança criminoso” In: Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ (Org.) *Direitos Humanos? O que temos a ver com isso?*. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia, pp. 63-82.

PASSETTI, Edson (2011). “Governamentalidade e violências”. In: *Revista Currículo sem fronteiras*. Volume 11, n. 1, Jan-Jun, pp. 42-53. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/passetti>.

PASSETTI, Edson (2012a) (coordenador PTE Ecopolítica). *Relatório Projeto Temático Ecopolítica - 2011/ Fapesp* (impresso).

PASSETTI, Edson (2012b). *Ecopolítica: governo do planeta para um futuro melhor*. São Paulo: Projeto Temático Ecopolítica - Relatório 2011.

Disponível em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/ecopolitica.pdf>

PASSETTI, Edson (coord); OLIVEIRA Salete; LAZZARI, Marcia et alli (1995) *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário.

PASSETTI, Edson e Augusto, Acácio (2010). Aula-teatro 7 “Drogas-nocauté” In Revista *Verve*. São Paulo: Nu-Sol, v. 18, pp. 13-42.

RODRIGUES, Thiago (2004). *Política e drogas nas Américas*. São Paulo: Educ-PUCSP/FAPESP

Bibliografia Resiliência:

Resiliência Livros e Teses

ANTHONY, Edwyn James (Org) (1987). *The invulnerable child*. Washington D.C.: Library of Congress. [on line]. Disponível em <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=tp4NKEfh5pcC&oi=fnd&pg=PA3&dq=the+invulnerable+child&ots=sbXvqx9S8N&sig=MmBXcmERbIwscfciS7QeEVDfI8c#v=onepage&q&f=false>

ASSIS, Simone Gonçalves; PESCE, Renata Pires; AVANCI, Joviana Quintes. *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre, Artmed/UNICEF, 2006.

BARBOSA, George Souza (2006). *Resiliência em professores do ensino fundamental de 5ª a 8ª série: validação e aplicação do questionário do índice de resiliência – adultos Reivich-Shateé/Barbosa*. São Paulo: Tese de Doutorado em Psicologia Clínica/PUCSP. Disponível em

http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4198

FLACH, Frederic (1991). *Resiliência: a arte de ser flexível*. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo: Saraiva.

HAGGERTY, Robert S; NORMAN, Garmezy; RUTTER, Michael (1996). *Stress, Risk and Resilience in children and adolescents process, mechanisms and intervention*. Cambridge, Cambridge University Press.

KÖLLER, Silvia Helena (2004). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

KOTLIARENCO, María Angélica; CÁCERES, Irma; ALVAREZ, Catalina (1996). *Resiliencia: construyendo em adversidade*. Santiago de Chile: CEANIM.

OPAS/OMS; KOTLIARENCO, María Angélica; CÁCERES, Irma; FONTECILLA, Marcelo (1997). *Estado de arte en resiliencia*. Washington: OPAS/OMS,. Disponível em <http://www.paho.org/Spanish/HPP/HPF/ADOL/Resil6x9.pdf>

MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Nestor (Orgs.) (2005). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.

MUNIST, Mabel; SANTOS, Hilda, KOTLIARENCO, María Angélica, OJEDA, Elbio Nestor Suarez; INFANTE, Francisca; GROTBORG, Edith (1998). *Manual de identificación y promoción de la resiliencia en niños y adolescentes*. Washington: OPS/OMS/Fundación Kellogg. Disponível em <http://www.paho.org/spanish/hpp/hpf/adol/Resilman.pdf>

TAVARES, José (2001). *Resiliência e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

UNGAR, Michael (Org) (2012). *The social ecology resilience: a handbook of theory and practice*. Springer, 2012.

WERNER, Emy E. e SMITH, Ruth S. (1982). *Vulnerable but invincible: a longitudinal study of resilient children and youth*. McGraw Hill. NuevaYork, E.E.U.U.

Resiliência Artigos

ANTHONY, E. J., e COHLER, B. J. (1987). *The invulnerable child*. New York: Guilford Press.

HOLLING, Crawford Stanley (1973). “Resilience and stability of ecological systems” In: *Annual Review Ecology and Sistematics*.. 4:1-23.

http://www.uni-kassel.de/beckenbach/files/pdfs/lehre/advanced_economics/WS11_12/Texte/Holling_ResilStabilEcolSys.pdf

INFANTE, Francisca (2005) “A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente” In *Resiliência: descobrindo as própria fortalezas*. Tradução de Valério Campos. Artmed, pp. 23-38.

KOLLER, Silvia Helena e POLETTO, Michelle (2008). “Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção”. *Estud. psicol.* Campinas, 2008, vol.25, n.3, pp. 405-416. ISSN 0103-166X. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2008000300009&script=sci_abstract&lng=pt

LINDSTROM, Bengt (2001). “O significado de resiliência” In: *Adolesc. Latinoam*. Porto Alegre, abr., vol.2, no.3, pp.133-137. ISSN 1414-7130. Disponível em http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302001000300006&lng=pt&nrm=iso .

NORTE, Carlos Eduardo et al (2011). “Impacto da terapia cognitivo-comportamental nos fatores neurobiológicos relacionados à resiliência”. In: *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, v. 38, n. 1, , pp. 43-45. ISSN 0101-6083. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832011000100009&lng=en&nrm=iso

SLAP, Gail B (2001). “Conceitos atuais, aplicações práticas e resiliência no novo milênio” In: *Adolesc. Latinoam*. Porto Alegre, abr., vol.2, no.3, pp.173-176. ISSN 1414-7130. Disponível em http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302001000300011&lng=es&nrm=iso> .

SOUZA, Marilza Terezinha Soares de e CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (2006). “Resiliência psicológica: revisão da literatura e análise da produção científica” In. *Interam. j. psychol.* [online], vol.40, n.1, pp. 115-122. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902006000100013&lng=pt&nrm=iso . ISSN 0034-9690.

YUNES, Maria Angela Mattar (2003). “Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família”. *Psicol. estud.*, [online]., vol.8, n.spe, pp. 75-84. ISSN 1413-7372.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300010&lng=en&nrm=iso

CMDCA/GJA (Conselho da Criança e do Adolescente do Guarujá) (s.d.). *Guia de promoção de Resiliência*. Online. Disponível em http://www.rhportal.com.br/artigos/wmview.php?idc_cad=o419h2g45

Relatórios e Normativas Internacionais:

ANF - Assembleia Nacional da França (1789). Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf

GSP/ONU (Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global) (2012). *Pessoas resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha*. Nova York: Nações Unidas. Disponível em http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/Overview_Portuguese.pdf

League of Nations (1924). *Geneva Declaration of the Rights of the Child*. Disponível em <http://www.un-documents.net/gdrc1924.htm>

ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/projeto_fluxo_declaracao_universal_dos_direitos_humanos_de_1948.pdf

ONU (1959). *Declaração dos Direitos da Criança*. Disponível em http://198.106.103.111/cmdca/downloads/Declaracao_dos_Direitos_da_Crianca.pdf

ONU (1993) *Declaração e programa de ação de Viena – Conferência mundial sobre direitos humanos*. Viena: Onu. Disponível em

<http://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>

UNICEF/ONU (1985). *Regras de Beijing. Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude*. Resolução da ONU 40/33 de 29 de novembro. Disponível em <http://www.fundac.ba.gov.br/index.php/regras-de-beijinge>

Normativas Brasil

SDH/PR (2010). *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, revisto e atualizado. Disponível em http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/PNDH_III.pdf

Sites

Bernard van Leer Foundation <http://www.bernardvanleer.org/>

Envolverde <http://envolverde.com.br/>

Mercado ético <http://mercadoetico.terra.com.br/>

PNUD <http://www.undp.org/>

PNUD-Brasil <http://www.pnud.org.br/>

Sociedade Brasileira de Resiliência (SOBRARE) <http://www.sobrare.com.br/>

Stockholm Resilience Centre <http://www.stockholmresilience.org/>

UniversidadeQuantum <http://www.universidadequantum.com/devsite/>